

Votação de PLN para reajuste de servidores do Executivo fica para semana que vem

Atendendo a um pedido de parlamentares, o presidente do Senado Federal, Rodrigo Pacheco, decidiu adiar a sessão conjunta do Congresso Nacional que aconteceria nessa terça-feira, 18, às 12 horas. A nova data provável apontada é a próxima quarta, 26. Para servidores do Executivo a notícia gera forte apreensão. Na sessão de hoje estava prevista a votação do PLN 2/2023. O projeto é necessário para alterar a previsão orçamentária e possibilitar o reajuste linear de 9% a ativos, aposentados e pensionistas da Lei 8.112/90.

O adiamento gera forte expectativa uma vez que a maioria está com salários congelados há sete anos. A categoria conta com o reajuste que pelo acordo firmado com o governo vale a partir de 1º de maio, a ser pago em junho. Acontece que para que isso ocorra, a aprovação precisa acontecer até o final desse mês para que o governo possa providenciar a inclusão do percentual na folha de pagamento de maio. "É uma corrida contra o tempo e para todo trabalhador que está com seu salário congelado, cada dia conta e muito", argumenta Sérgio Ronaldo da Silva, secretário-geral da Condsef/Fenadsef.

Sem retroatividade, tempo se torna fundamental

A expectativa é de que os parlamentares considerem esse fator e a importância e necessidade dessa pauta para milhares de servidores em todo o Brasil. Outro aspecto a se considerar é que por impossibilidades estabelecidas não há como garantir a retroatividade do pagamento. Portanto, caso o governo não consiga aplicar o reajuste a tempo, os servidores

correm o risco de perder o percentual a partir de maio, como está no acordo firmado. "Esperamos que o governo esteja também preparado e faça o possível para que o acordo com os servidores seja garantido", pontuou Sérgio.

Uma vez aprovado no Congresso, o PLN é enviado à sanção presidencial. Depois disso a expectativa do próprio governo é publicar uma Medida Provisória (MP) até o dia 30 de abril para assegurar o reajuste dos servidores a partir de 1º de maio, com valores a serem pagos em junho.

Vale lembrar que o novo valor do auxílio-alimentação de R\$658 começa a valer a partir da folha de pagamento emitida em abril, a ser paga a partir de 1º de maio.

Audiência para debater extinção da Funasa também é adiada

Outra agenda prevista para a manhã dessa terça e que foi adiada foi a audiência pública

que traria como tema a extinção da Funasa. A Condsef/Fenadsef esteve no Congresso onde iria acompanhar esse debate. A entidade segue atenta e em conjunto com suas filiadas continuam na luta em defesa dos direitos dos servidores desse órgão tão importante para milhões de brasileiros, especialmente lotados nos municípios.

"Não se pode apagar um órgão da importância da Funasa sem o devido preparo e tratando os servidores da forma como está acontecendo", pontua Sérgio Ronaldo da Silva, secretário-geral da Confederação. Sérgio relata que na última audiência pública no Senado que teve como pauta a extinção da Funasa, até mesmo a participação de servidores foi impedida. "A chamada Casa do Povo deve abrir as portas para que os servidores da Funasa possam levar também sua versão sobre essa situação", pontuou.

Fonte: Condsef

IMPOSTO DE RENDA 2023



SINDSEP
MARANHÃO
SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS
FEDERAIS NO ESTADO DO MARANHÃO

Filiado a CUT CONDSEF FENADSEF



ATENDIMENTO*

Segunda à Sexta
08 às 12h e das 14 às 18h

* O último dia para a entrega da Declaração de Imposto será 31/05 (Quarta-feira).



Dia dos Povos Indígenas: nova nomenclatura resgata respeito à população originária

Antes conhecido como Dia do Índio, o dia 19 de abril, a partir deste ano, passa a ter uma nova nomenclatura, definida por lei aprovada no Congresso Nacional em 2022 e que promove um maior respeito aos povos originários. A data agora passa a ser chamada de Dia dos Povos Indígenas.

A lei 14.402 teve origem em um projeto da deputada federal Joenia Wapicahana (Rede-SP), elaborado com objetivo de explicitar a diversidade das culturas dos povos originários. De acordo com a deputada, a intenção ao renomear a data foi ressaltar, de forma simbólica, não o valor do indivíduo estigmatizado "índio" mas o valor dos povos indígenas para a sociedade brasileira.

"O propósito é reconhecer o direito desses povos, mantendo e fortalecendo suas identidades, línguas e religiões, assumir tanto o controle de suas próprias instituições e formas de vida quanto de seu desenvolvimento econômico", afirmou a deputada quando o texto foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara.

Em entrevista à Agência Brasil, o coordenador executivo da

Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), Dinamam Tuxá, afirmou que o preconceito acaba sendo reforçado com estereótipos que ainda persistem em comemorações e nos livros escolares.

"Várias escolas fantasiando crianças; querem colocar os indígenas em um formato, dentro de uma caixinha. Indígena é aquele que mora dentro da floresta, que anda, tem vestimentas. Isso cria um cenário de um racismo porque essas crianças crescem na ideologia de um indígena do cabelo liso, dos olhos puxados, uma pele avermelhada", disse Tuxá.

O líder indígena ainda citou o processo de miscigenação e violência sofrida por essa população ao longo dos anos. "Quantas mulheres indígenas não sofreram abusos sexuais? Tiveram a miscigenação forçada" disse.

Índio X Indígena

A palavra índio é considerada pejorativa ao se referir aos indígenas por ser um termo genérico, sem considerar características, valores, cultura e diversidade desses povos. Já a palavra indígena faz referência à origem, ao lugar de onde vieram essas pessoas e contempla toda a diversidade dos povos

originários. São mais de 300 etnias no Brasil segundo estudo do IBGE de 2010. Cada qual tem seus costumes, língua e culturas próprias.

Além disso, o termo 'índio' reforça o estereótipo de que o indígena é uma pessoa diferente das demais, em especial, dos brancos europeus, que colonizaram o país. Foram estes que passaram a usar o termo 'índio' para se referirem aos nativos, desde quando chegaram ao continente.

A história conta que Cristóvão Colombo, quando desembarcou na América do Norte, acreditava ter chegado nas Índias e, por isso, passou a chamar os nativos de índios, sem levar em consideração outras etnias presentes.

E foi naquele tempo, tanto na América colonizada pelo espanhol Colombo, como no Brasil, colonizado pelo português Pedro Álvares Cabral, os povos nativos passaram a ser taxados de preguiçosos, agressivos e intelectual e culturalmente atrasados.

Portanto, desde a colonização, os povos originários sofrem processos de discriminação e apagamento de suas culturas e identidades.

Fonte: CUT

EU APOIO O PLANO DE CARREIRA

DA FUNAI



MARANHÃO MOBILIZADO



SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS
FEDERAIS NO ESTADO DO MARANHÃO

Filiado à CUT COCISEP SINDSEP

